

**RECOLOCAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS NO MERCADO DE TRABALHO*****REPLACEMENT OF CHEMICAL DEPENDENTS IN THE JOB MARKET***

Tatiane Cristina da Silva Neves – tatiane.neves@fatec.sp.gov.br  
Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga (Fatec) – Taquaritinga – SP – Brasil

Daniela Rodolpho – daniela.rodolpho@fatec.sp.gov.br  
Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga (Fatec) – Taquaritinga – SP – Brasil

**DOI: 10.31510/infa.v19i1.1399**

Data de submissão: 10/03/2022

Data do aceite: 29/05/2022

Data da publicação: 30/06/2022

**RESUMO**

A pandemia de Covid-19 impactou a sociedade nos mais variados contextos, especialmente no mundo do trabalho. Antes já se observava discussões acerca do desemprego e alocação de classes sociais mais vulneráveis no mercado, a pandemia tem intensificado esta problemática. Este artigo versa sobre a recolocação de dependentes químicos no mercado de trabalho e tem como objeto de pesquisa uma Organização Não Governamental (ONG) intitulada Instituto Fonte que Clama. O estudo se justificou na medida em que o mercado de trabalho no geral precisa de mão-de-obra, porém existe ainda muito preconceito no que diz respeito aos dependentes químicos que necessitam de uma recolocação e inserção social, mostrando que podem desempenhar um bom trabalho com responsabilidade e rendimento. Este estudo teve por objetivo geral verificar a recolocação e inserção social de dependentes químicos no mercado de trabalho mostrando sua capacitação, rendimento e contribuição como colaborador.

**Palavras-Chaves:** Reinserção social. Mundo do Trabalho. Dependência Química.

**ABSTRACT**

The Covid-19 pandemic has impacted society in the most varied contexts, especially in the job market. Discussions about unemployment and the allocation of the most vulnerable social classes in the market were already observed, the pandemic has intensified this problem. This article deals with the replacement of drug addicts in the labor market and has as its object of research a Non-Governmental Organization (NGO) entitled 'Instituto Fonte que Clama'. The study was justified insofar as the job market in general needs manpower, but there is still a lot of prejudice regarding chemical dependents who need a replacement and social insertion, showing that they can perform a good job. with responsibility and performance. This study aimed to verify the replacement and social insertion of drug addicts in the job market, showing their training, performance and contribution as a collaborator.

**Keywords:** Social reinsertion. Job Market. Chemical Dependency.

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho para os sujeitos em situação de vulnerabilidade social deve ser compreendido como direito e não apenas como uma direção a ser seguida, como um curso natural da vida. O trabalho deve ser entendido como uma forma de diminuir a pobreza, de profissionalizar, proporcionando independência, cidadania, afirmação de identidade individual e social, entre outros. A construção de programas e projetos pode favorecer o aprendizado e o conhecimento acerca do trabalho, pode estabelecer a integralidade social, fortalecer a cidadania, incentivar os estudos, mostrar caminhos e oportunidades, segundo afirma Vieira (2008).

No que se refere ao mundo do trabalho, é possível observar no decorrer da história inúmeras transformações, a partir das quais profissões desaparecem e novas surgiram, demandando da população novas habilidades e conhecimentos de todos os sujeitos. Diante deste cenário de mudanças observa-se certa dificuldade na inserção no mundo do trabalho, especialmente aqueles que estão envolvidos por um agravante: a vulnerabilidade social. A proteção do Estado se faz, portanto, indispensável a esses sujeitos (VIEIRA, 2008).

Tendo em vista a dificuldade na empregabilidade nos dias de hoje, conforme afirma Silva (2020), a qual se manifesta de forma mais acentuada ao dependente químico, é preciso promover o debate da inserção no mundo do trabalho como elemento que pode oportunizar uma mudança nas condições de vida do sujeito e de sua família.

Este estudo se justifica na medida em que o mercado de trabalho necessita de mão-de-obra, no entanto, há preconceito quando se trata da inserção de dependentes químicos no mundo do trabalho. Muitas vezes o sujeito necessita apenas de um voto de confiança para desempenhar e assumir o compromisso que lhe for proposto, colaborando para sua situação econômica e inserção social. Tem-se como pressuposto que a (re)inserção do dependente químico no mercado de trabalho é relevante para a recuperação e manutenção da abstinência (FORMIGONI, 2014a).

Este estudo teve por objetivo geral verificar a recolocação e inserção social de dependentes químicos no mercado de trabalho, mostrando sua capacitação, rendimento e contribuição como colaborador. Para isto, teve por objeto de estudo a ONG Instituto Fonte que Clama. Este instituto originou-se num município do interior paulista, a partir de um grupo de oração para as famílias vítimas da pandemia de Covid-19, a qual se iniciou em Wuhan, na China, dissipando-se pelo mundo. Notando a dificuldade das famílias nasceu o projeto social e

acompanhamento com aquelas mais vulneráveis, o que possibilitou o conhecimento das dificuldades, conseqüentemente, as inquietações para a realização do presente artigo científico.

Este estudo tem caráter descritivo e qualitativo e foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, para fundamentação teórica prévia, e estudo de caso, a fim de verificar a reinserção do dependente químico no mundo do trabalho a partir das experiências do Instituto Fonte que Clama (MARCONI; LAKATOS, 2014).

## 2 O MUNDO DO TRABALHO E AS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS

### 2.1 Trabalho e Pandemia

É certo que nos mais variados espaços houve transformações da prática profissional, tendo em vista o cenário criado pela pandemia do Covid-19. Ainda, impactou-se a economia de tal forma a gerar conseqüências tanto na alocação dos sujeitos quanto nos recursos recebidos pelo trabalho prestado.

Logicamente, em tempos de pandemia, algumas restrições foram impostas. Por exemplo, todo trabalho, especialmente administrativo, sempre que possível tende a ser feito em *home office*; sujeitos que fazem parte do grupo de risco (idosos, portadores de doenças crônicas, gestantes etc.) também foram afastados de suas atividades, desenvolvendo-as de forma *online*, quando aplicável. Essas formas de trabalho aqui apresentadas, apenas ilustram um pouco das mudanças acontecidas no mundo do trabalho. Em tempos de pandemia, conforme Yazbek, Raichelis e Sant'Ana (2020), vive-se uma situação de crise profunda, a qual afeta de forma diferenciada os sujeitos, isto é, o pobre e o rico, os burgueses e trabalhadores, os centrais e periféricos. A classe que vive do trabalho, certamente é aquela cuja situação agrava-se em maior grau, pois nela vai recair o desemprego, a instabilidade nos empregos, a redução de salários, a informalidade e precarização do trabalho, entre outros.

Para Silva (2020), a presente pandemia se trata da maior crise do século XXI e, o pior, não se sabe quando a situação estará, efetivamente, controlada. Porém, algo é certo: os efeitos sobre a política e a economia foram significativos e se alterou profundamente os modos de trabalhar e viver.

A vida organizacional, ou seja, das empresas como um todo, foram atravessadas por incertezas e inseguranças. É neste cenário que equipes responsáveis pelo monitoramento e avaliação ganham destaque. A partir do trabalho de tais equipes é possível aconselhar de forma

estratégica e, ainda, apresentar recomendações técnicas para que se promovam avaliações pertinentes ao momento atual (SILVA, 2020).

Inicialmente é preciso avaliar e identificar a viabilidade de todo e qualquer projeto até o final de 2020, estabelecendo prioridades para superar o momento de crise. Deve-se, também, alterar planos para adequar-se às transformações do contexto. Na mesma medida, é preciso um olhar atento sobre os próximos meses e o que eles irão demandar. Análises, métodos mistos e enquadres de trabalho são elementos presentes nesta fase de pandemia (SILVA, 2020).

Silva (2020) ainda reforça a importância de se sustentar o trabalho remoto, o que tem demandado, sem dúvida, desafios envolvendo a tecnologia (rede, aplicativos, equipamentos), estruturas (espaço e tempo domiciliar) e cultura (intimidade, fluxo de diálogo, concentração). A pandemia, portanto, trouxe uma nova forma de trabalho, atingindo todos os segmentos e profissões.

Para Silva e Muniz (2020) a pandemia colocou todos os territórios do mundo em alerta. As medidas tomadas foram de caráter excepcional e tiveram que ser rápidas, para vencer na mesma medida a rapidez do contágio. As características da doença, tal como velocidade com a qual é transmitida, duração do tratamento e taxa de letalidade levaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) a apontar medidas emergenciais, num contexto global tomado pelo pânico.

Além da pandemia, os autores fazem refletir que tal crise provocada pelo vírus alia-se a uma situação já instaurada: “as cidades brasileiras estão doentes”. Apontam-se problemas relacionados ao saneamento básico, o qual é uma realidade no país, tais como o abastecimento de água ineficiente em algumas regiões, esgotamento sanitário e falta de serviço de coleta de lixo. Quando há uma epidemia, as populações que vivem nestes contextos são vítimas preferenciais (SILVA; MUNIZ, 2020). Imagine, portanto, na situação atual envolvendo o Covid-19. Pode-se considerar, desta maneira, que há populações em situação de vulnerabilidade maior, uma vez que não possuem os mínimos sociais envolvendo um saneamento adequado para proteger-se de qualquer contaminação, em especial a vivenciada na atualidade, que tem chegado a todos os territórios do globo, sem exceção.

Em toda situação envolvendo tais problemáticas sociais, Gomes (2015) reforça a importância dos conselhos gestores de políticas públicas, juntamente com o seu potencial de aprofundamento do conteúdo democrático da gestão pública e aumento da eficiência de tais políticas por meio do controle social. Repensar modos de trabalho e estratégias significa

adequar-se a uma nova estrutura, o que deve ser inerente de toda organização e/ou profissão no mundo do trabalho.

## 2.2 Dependência Química e Vulnerabilidade

Conforme Ferreira, Crus e Matias (2015) a questão do uso, abuso e dependência do crack e outras drogas é um assunto de certa complexidade e que apontam para a necessidade de realização de ações preventivas. Considerando o tripé biopsicossocial das dependências químicas, é possível dizer as drogas possuem efeitos distintos em sujeitos distintos. No entanto, releva-se a fundamental importância do apoio familiar, comunitário e das políticas públicas para a diminuição do risco de envolvimento com qualquer tipo de droga.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 70, nota-se que é dever de todos prevenir a ocorrência de violação ou ameaça dos direitos da criança e do adolescente, proibindo ainda a venda de bebidas alcoólicas ou substâncias passíveis de causar dependência a este público. A Proteção Social Básica, por exemplo, é um tipo de asseguramento no contexto de políticas públicas nas quais observa-se o destaque dado as ações de caráter preventivo, as quais julgam de essencial importância a mobilização da comunidade e da família no processo de prevenção, por meio da participação em intervenções como palestras, filmes e debates. Existem inúmeros que se configuram em locais de convivência que estimulam e agregam valores (BRASIL, 1990).

A prevenção ao uso, abuso e dependência do crack e outras drogas são realizadas por meio de ações prazerosas e que são capazes de gerar uma identidade grupal, em especial nas crianças e adolescentes, muitas vezes inseridos num ambiente comunitário e familiar envolvido por vulnerabilidades e riscos sociais, onde há consumo e comércio de drogas. Em contrapartida, a Proteção Social Especial é aquela que se dá quando o sujeito já está num nível avançado de dependência, o que requer tratativas mais complexas na medida em que muitas vezes há rompimento de laços com a família em decorrência da dependência química (FERREIRA; CRUS; MATIAS, 2015).

Formigoni (2014a) num estudo que ele próprio realizou com 871 estudantes de escolas públicas e 804 estudantes de escolas particulares, notou o uso regular de álcool, entre os jovens e adolescentes, conforme os seguintes percentuais: 23,6% dos estudantes de escolas públicas e 35,3% dos estudantes de escolas particulares tiveram envolvimento em alguma contenda com agressão física nos últimos doze meses; 21% dos estudantes de escolas públicas e 34,7% dos

estudantes de escolas particulares possuem uma vida sexualmente ativa, estabelecendo a sua última relação sexual sob o efeito de álcool; 20,6% dos estudantes de escolas públicas e 15,8% dos estudantes de escolas particulares experimentaram algum acidente após terem ingerido bebidas alcoólicas.

Segundo a autora, cada vez mais cedo se desenvolve a dependência de substâncias psicoativas, o que certamente pode ocasionar prejuízos cognitivos, atrasos de desenvolvimento e as consequências que lhe são intrínsecas, tais como aquelas ligadas a alocação deste contingente no mundo do trabalho.

### **3 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: CONTEXTUALIZADO O TERCEIRO SETOR**

Quando se fala em terceiro setor, sabe-se que é justamente onde se inserem as atividades de instituições que certas vezes realizam intervenções sociais que poderiam, de certo modo, ser atribuição do Estado. O debate tem início com a ideia de crise ou suposta escassez que justificaria a retirada do Estado de sua responsabilidade social. A partir daí seria desenvolvido o terceiro setor, de forma a tratar a questão social numa roupagem contemporânea (MONTAÑO, 2002).

Ressalta-se que a ideia de que cabe ao Estado intervir nas questões sociais é oriunda do sistema que se denominou *welfarestate*, ou Estado de Bem-Estar Social. O Estado de Bem-Estar Social, originalmente dos países escandinavos, chegou mais tarde ao Brasil, já que teve início na esfera internacional após a Segunda Grande Guerra. No Brasil até o ano de 1988 apresentou-se um modelo mais conservador do que se chamou de *welfarestate* e; este regime constituiu-se como um sistema de políticas sociais após a década de 1990.

A origem e o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social são temáticas de uma imensa bibliografia. As razões de sua existência, o seu significado e as suas perspectivas também são assuntos complexos, mas o que cabe aqui ressaltar é a questão social tratada pelo Estado. Autores como Wilenski (1975 apud ARRETCHE, 1995, p. 5) afirmou que o surgimento do Estado de Bem-Estar Social foi resultante do crescimento econômico, demográfico e burocrático. Relaciona-se, portanto, à sociedade industrial, com a firmação do modo de produção capitalista (ARRETCHE, 1995). Não cabe aqui discutir sua gênese e ruptura, mas mostrar as consequências de sua existência, em especial no que se refere ao Estado assegurar

os direitos sociais que, na oportunidade, foi justamente uma das causas da falência deste sistema.

De acordo com Esping-Andersen (1991) a definição do Estado de Bem-Estar Social envolve conceitos conflitantes, conforme o modelo teórico utilizado para isso. No entanto, a literatura traz uma definição em comum, a de que o Estado de Bem-Estar Social envolve a responsabilidade do Estado na garantia do bem-estar básico dos cidadãos. Muitos teóricos dizem que a cidadania é a ideia fundamental do *welfarestate* (ESPING-ANDERSEN, 1991).

No entanto, não se pode entendê-lo apenas em termos de direitos e garantias. O papel do Estado deve cruzar o papel do mercado e da família para considerar a provisão social (ESPING-ANDERSEN, 1991). Na sociedade capitalista, em que os mercados são universais e hegemônicos, o bem-estar dos sujeitos passou a ter dependência total das relações monetárias. Com os direitos sociais modernos e a prestação de serviços como direito desmercadorizou-se a questão do bem-estar, na medida em que este não deveria ser assegurado tendo em vista apenas condições possibilitadas pelos contratos de trabalho. A existência da previdência ou assistência social não representa a desmercadorização significativa se os sujeitos não forem emancipados da dependência do mercado. Isto significa que se os benefícios forem poucos e a eles associar um estigma social, o sujeito será forçado a participar do mercado, fora aqueles que não possuam, realmente, nenhuma condição. No que se refere a estratificação, o Estado de Bem-Estar Social buscou intervir e corrigir a desigualdade social, no entanto, o assistencialismo e ajuda aos mais necessitados, de forma a punir e estigmatizar os beneficiários, promoveu dualismos sociais (ESPING-ANDERSEN, 1991).

O que se pode apreender sobre o Estado de Bem-Estar Social aqui exposto, não é o seu crescimento e o seu declínio, em virtude dos avultados gastos sociais, mas ao discurso que iniciou em sua gênese e os seus corolários: a garantia de direitos fundamentais ao cidadão.

Fundamentando-se nos pressupostos de Arretche (1995) o *welfarestate* pode ser considerado fenômeno de grande magnitude, o qual promoveu em dimensão quase universal um conjunto de programas de proteção social, que asseguraria direito à aposentadoria, saúde, educação, habitação, entre outros. Desta forma, surgiram-se padrões mínimos a serem assegurados, não como caridade, mas sim como direito político. No entanto, a realidade nos dias de hoje é diferente. Muitas vezes, alguns destes padrões mínimos devem ser assegurados pela própria sociedade civil.

Muitas críticas foram dadas ao Estado de Bem-Estar Social, como o caso do neoliberalismo, que acreditava serem as desigualdades sociais uma mola propulsora para a prosperidade, na medida em que os sujeitos se esforçariam para ter e ser mais. As ideias neoliberais passaram a ganhar espaço com o declínio do *welfarestate* (ANDERSON, 1995).

Dessa maneira, como é possível notar, com o neoliberalismo, acreditou-se que o Estado deve se manter forte, no entanto, no que se refere aos gastos sociais deve poupar e ser econômico. O terceiro setor, nesse contexto, trata-se de um conjunto de entidades e associações sem fins lucrativos. O termo é originário dos Estados Unidos (*Third Sector*). O terceiro setor é aquele que contribui de forma a atender parcelas de população em locais nos quais o Estado não conseguiria intervir. É o caso da organização Fonte que Clama, da qual se tratada a seguir.

Considerar que cabe ao Estado intervir em todas as mazelas sociais é ideia oriunda do Estado de Bem-Estar Social, no entanto, com o declínio deste sistema, a desresponsabilização do Estado nas questões sociais é elemento a ser considerado. O terceiro setor é responsável em parte pelo desenvolvimento social. As fundações, associações e instituições muitas vezes estão envolvidas na filantropia. A filantropia nada mais é que uma atitude de ajudar o próximo, por meio da solidariedade, colaborando com outros seres humanos em situações difíceis da vida. Este termo tem a sua origem no grego *philanthropia*, que significa amor à humanidade. A filantropia pode ser praticada por sujeitos, denominados filantropos, ou instituições filantrópicas. Independentemente de ser praticada por um único sujeito ou instituição, tem-se o mesmo propósito: propagar questões humanitárias e de interesse público nos mais diversos contextos, como saúde, educação, meio ambiente, social etc. As verbas que financiam as ações praticadas são oriundas de repasses, como iniciativas privadas e até mesmo do governo. Porém, os repasses do governo muitas vezes podem não ser suficientes para manutenção das atividades, visto que também manter uma instituição como esta não é de sua responsabilidade (MONTAÑO, 2002).

A ideia de que cabe ao Estado intervir nas questões sociais surgiu com o *welfarestate*, mas, juntamente com o seu declínio e o ideal neoliberal, a desresponsabilização do Estado é uma realidade, o que tem colocado em evidência o terceiro setor e a sua importância.

O terceiro setor surgiu para cobrir vácuos, tanto na previdência, quanto nos serviços assistenciais e sociais, de forma que as respostas à questão social foram minimizadas por parte do Estado e transferidas para o mercado, quando visam ao lucro, e para o terceiro setor ou

sociedade civil, quando deficitárias, fornecendo de forma gratuita os serviços sociais (MONTAÑO, 2002).

#### **4 METODOLOGIA**

Para este estudo foi utilizado como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica busca em publicações anteriores que trataram sobre o tema o conhecimento e elucidações acerca do assunto que se deseja construir. Trata-se do primeiro procedimento em qualquer tipo de pesquisa científica, pois a fundamentação teórica prévia é pré-requisito para qualquer estudo (MARCONI; LAKATOS, 2014).

O método trata do caminho que deve ser percorrido para atingir aquilo que se propôs, considerando a metodologia de pesquisa empregada. Como se fez uso da pesquisa bibliográfica o presente estudo possui caráter essencialmente bibliográfico e o método, por sua vez, compreende a maneira que se deu a pesquisa bibliográfica, conforme menciona a literatura. Assim, inicialmente foi preciso localizar o material que foi utilizado, o qual recebeu tratamento analítico, ou seja, este material foi analisado. Foram construídas fichas com anotações de todo conteúdo que foi utilizado para a elaboração do estudo, seguindo um esboço inicial que ao fim foi reestruturado na forma de sumário. Transcreveram-se os dados da pesquisa e iniciou-se a redação final do estudo proposto (MARCONI; LAKATOS, 2014).

Segundo Marconi e Lakatos (2014) o estudo de caso se trata da observação de um evento de interesse, a fim de buscar investigar as contribuições de um determinado objeto para a compreensão de um problema previamente delimitado.

#### **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A palavra educação descreve o processo por meio do qual há o desenvolvimento da capacidade intelectual das pessoas. A educação formal é a educação reconhecida oficialmente, oferecida pelas escolas em todos os níveis de ensino, como o básico, o fundamental e o médio. Conforme Gaspar (2002), como há um lugar, por exemplo, para morar e trabalhar, também foi estabelecido um lugar para ensinar e aprender, e este lugar é a escola.

Diversos autores discutem a educação como elemento por meio do qual o homem se faz homem, ou seja, se adquire o conhecimento sistematizado e historicamente constituído, essencial para estruturar o ser humano como tal (CÊA; LUZ, 2006).

Genericamente, a educação se refere a processos de socialização permeados por objetivos e planejamento. A educação formal acontece nas escolas e possui uma diretriz educacional fundamentada num currículo previamente estabelecido por políticas e diretrizes, com estrutura hierárquica, estabelecidas em nível nacional (GADOTTI, 2005).

Segundo Cêa e Luz (2006) a educação formal continua sendo um relevante espaço para se promover valores e atitudes que, na atualidade, podem voltar-se para a sustentabilidade ecológica e social. Conseguir uma renda é uma forma de diminuir as vulnerabilidades sociais ocasionadas pela pobreza.

Formigoni (2014b) relata que há uma diversidade de fatores que impedem o profissional de realizar uma intervenção satisfatória aos usuários de drogas: crença de que os sujeitos usuários são imorais, sem caráter e sem força de vontade; desenvolvimento de atitudes rígidas em relação ao usuário devido a experiências familiares; timidez ao se posicionar frente ao tratamento, devido a ameaças e comportamentos agressivos; irritação frente às posturas de resistência dos jovens e adolescentes durante a consulta; necessidade de aprovação para intervir de maneira eficaz, devido à baixa autoestima e baixa autoconfiança por parte do profissional; tratar a adolescência como fase difícil e repleta de percalços; estabelecimento de falsas proposições baseando-se na aparência do usuário. Tais barreiras devem ser vencidas.

Diante do exposto, a ONG Fonte que Clama trabalha duas questões relevantes: a profissão (no contexto da educação) e a superação do uso e abuso de drogas, de forma a articular o atendimento aos sujeitos dependentes químicos subsidiando a acolhida em trabalho e fortalecimento de laços a fim de demonstrar que a inserção no mundo do trabalho é o início da superação de vulnerabilidades, não só as ocasionadas pela pobreza, mas também pelo vício.

A ONG é relativamente recente, com menos de cinco anos de atuação. O trabalho desenvolvido pela equipe considerava visitas às famílias que procuravam auxílio. Nessas visitas identificava-se as necessidades de cada caso, preenchiam-se as fichas com dados da família e realizava-se algumas ações, tais como a distribuição de roupas, calçados e cestas básicas emergenciais. Observou-se que as famílias em geral possuíam pessoas com dependência química e, ainda, os dependentes químicos eram aqueles que deveriam prover a família. Por esta razão as ações da ONG voltaram-se a superação da dependência do uso e abuso de

substâncias psicoativas bem como o fornecimento de cursos para realocar os sujeitos no mercado de trabalho.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de renda se trata de uma das questões que levam os sujeitos a estarem em situação de vulnerabilidade. Por essa razão, enxerga-se no mundo do trabalho uma possibilidade de conseguir a renda necessária para o sustento de si próprio e da família. Neste estudo, o enfoque foi dado à superação no uso e abuso de substâncias químicas e recolocação no mercado de trabalho como forma de gerar riquezas, tanto para o sujeito quanto para a comunidade na qual está inserido. A questão do mundo do trabalho serviu de subsídio para mostrar as dificuldades de inserção no mercado em tempos de pandemia, sobretudo o dependente químico que, de forma mais acentuada, vive em situação de vulnerabilidade.

É possível dizer que há uma atuação eficiente e eficaz da ONG Fonte que Clama quando se observam as propostas de intervenção que objetivam a prevenção, por meio de ações socioeducativas, envolvendo famílias e comunidades. Aponta para uma situação de risco e vulnerabilidade social muitas vezes ocasionada pela negligência familiar, devido uma problemática social permeada, dentre outros elementos, pelo uso de substâncias psicoativas.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-doneoliberalismo-anderson>. Acessos em 02 fev. 2022.
- ARRETCHE, Marta T.S. “**Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas**” in *Bib*, n.39, Rio de Janeiro, 1995.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acessos em 02 fev. 2022.
- CÊA, G. S. dos S.; LUZ, A. S. da. Empreendedorismo e educação: reflexões sobre um velho sonho liberal. **Revista Espaço acadêmico**, Maringá, n.63, agosto/2006. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm>. Acessos em 02 fev. 2022

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 02 fev. 2022.

FERREIRA, R. de M. C.; CRUS, J. F. da; MATIAS, M. L. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS):** perspectivas para o trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas, 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/texto-mds-drogas-final.pdf>. Acesso em 01 fev. 2022.

FORMIGONI, M. L. O. de S. **Atenção Integral na Rede de Saúde:** módulo 5. 5 ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014a.

\_\_\_\_\_. **O Sistema Único de Assistência Social e as redes comunitárias:** módulo 5. 5 ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014b.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Seminário Direito à educação:** solução para todos os problemas ou problema sem solução? Institut International Des Droits De L'enfant (Ide), Suíça, 2005. Acessos em 02 fev. 2022.

GASPAR, A. A educação formal e a educação informal em ciências. *In:* MASSARANI, L.; MOREIRA, I. de C. & BRITO, F (orgs.). **Ciência e público – caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 171-183, 2002. [http://casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/livro\\_completo.pdf](http://casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/livro_completo.pdf). Acessos em 02 fev. 2022.

GOMES. Eduardo Granha Magalhaes. **Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente**. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v13n4/1679-3951-cebape-13-04-00894.pdf>. Acessos em 02 fev. 2022.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico:** procedimentos básicos. São Paulo: Atlas, 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Lutas Sociais volume 8, 2002 Disponível em [http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf). Acessos em 02 fev. 2022.

SILVA, R. A avaliação nos tempos do covid. **SINAPSE**. Grupo de Institutos, Federações e Empresas (GIFE) Agenda de Avaliação, 2020. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/a-avaliacao-nos-tempos-do-covid>. Acesso em 01 fev. 2022.

SILVA, José Borzacchiello da; MUNIZ, Aleksandra Maria Vieira. **Pandemia do Coronavírus no Brasil:** Impactos no Território Cearense. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, 2020.

VIEIRA, Ariane Lopes. **A problematização do adolescente em situação de vulnerabilidade social e o mercado de trabalho**. Revista Eletrônica de Toledo Prudente, 2008. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1607/1529#>. Acesso em 01 fev. 2022.

YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R.; SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 138, p. 207-213, ago. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282020000200207&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000200207&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 01 fev. 2022.